

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Delimitação do objeto .....	13
1.2 Definição de Parcelamento .....	15
1.3 Poder Regulamentar da Administração e Parcelamento .....	16
<b>2. PARCELAMENTO PREVISTO PELA LEI Nº 10.522/02 .....</b>	<b>17</b>
2.1 Classificação .....	22
2.2 Objeto do parcelamento .....	23
2.3 Pressupostos do parcelamento .....	28
i) Pressupostos para concessão .....	29
ii) Pressupostos de manutenção .....	40
2.4 Ato de concessão do parcelamento .....	43
2.5 Reparcelamento.....	50
2.6 Efeitos do Parcelamento .....	51
i) Confissão dos débitos .....	52
ii) Interrupção da prescrição .....	58
iii) Suspensão da exigibilidade.....	60
iv) Autorização para retenção do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou Fundo de Participação dos Municípios – FPM (art. 14-D, Lei nº 10.522/02).....	66
v) Suspensão da pretensão punitiva consoante aos crimes contra a ordem tributária (art. 83, – 2º, da Lei nº 9430/96).....	68
2.6.1 Da Não ocorrência de Denúncia Espontânea em relação aos débitos de natureza tributária.....	69
2.7 Rescisão.....	73

<b>3. PARCELAMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>77</b>
3.1 Lei nº 9.964/00 (REFIS) .....	79
3.2 Lei nº 10.684/03 (PAES) .....	94
3.3 MP 303/06 (PAEX) .....	101
3.4 Lei nº 11.345/06 (TIMEMANIA).....	108
3.5 Lei Complementar nº 123/06 (SIMPLES NACIONAL).....	112
3.6 MP 449/08 – Convertida na Lei nº 11.941/09 (REFIS DA CRISE) .....	117
i) Adesão.....	119
ii) Indicação de Débitos .....	133
iii) Retificação de Opções no Sistema e Negociação ...	135
3.7 MP 470/09.....	153
3.8 MP 559/2012 – Convertida na Lei nº 12.688/2012 (PROIES) .....	156
3.9 Lei nº 12.810/2013 (PASEP).....	160
3.10. Lei nº 12.865/13.....	164
i) Art. 39.....	164
ii) Art. 40 .....	170
 <b>4. CONCLUSÃO.....</b>	 <b>179</b>
 <b>5. BIBLIOGRAFIA.....</b>	 <b>183</b>